



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , de 2023
(Do Sr. Junio Amaral)

Requer a convocação do Ministro da Educação, Camilo Santana, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca das ações e do planejamento envolvendo as políticas de alfabetização.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Educação, Camilo Santana, para prestar esclarecimentos acerca das ações e do planejamento envolvendo as políticas de alfabetização.

JUSTIFICAÇÃO

A alfabetização é uma das etapas iniciais e essenciais para o indivíduo em todo seu percurso na escolarização, de maneira que o analfabetismo ainda é presente no Brasil e assola milhões. Concomitantemente, as políticas e planejamentos na área da alfabetização também proporcionam que essa ação de alfabetizar ocorra com maior celeridade e eficácia na Educação Básica.

Assim, instituída em 2019, a Secretaria Nacional de Alfabetização (Sealf) surgiu ineditamente no âmbito do Ministério da Educação, tendo como uma de suas competências primordiais o planejamento, orientação



e coordenação, em articulação com os sistemas de ensino e as representações sociais, da implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Foi uma secretaria que guiou seus trabalhos no início de toda a trajetória educacional formal da criança pelo aforismo “aprender a ler para então ler para aprender”, também alcançando jovens e adultos no procedimento de alfabetização.

Em seus anos de existência, a Sealf teve como ações a adesão ao Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS, em inglês) e ao exame internacional TIMSS, realizou a I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), organizou três edições do Fórum Nacional de Coordenadores Locais do programa Tempo de Aprender, além de diversos programas, edições literárias, traduções e intercâmbios, proporcionando a interação com programas educacionais de países que são exemplos mundiais no desenvolvimento educacional.

Como consequência do sucesso da Sealf na elaboração de programas e ações baseados em evidências, o tema da alfabetização progrediu no Brasil. A exemplo do programa “Tempo de Aprender”, conforme relatório da antiga secretaria, demonstrou-se que uma criança de escola vulnerável do 2º ano tem 22% de chance a mais de ser leitora iniciante ou fluente se comparado ao grupo que não participou do programa. Em escola não vulnerável, a chance aumenta para 27%.

A secretaria também atuou no retorno às aulas após a pandemia e elaborou sistemas avançados, como o Sistema Online de Recursos para Alfabetização – SORA e o curso de formação em matemática básica em plataforma virtual do MEC, este idealizado em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Singapura, um dos países exemplares nas políticas públicas de educação.

Inclusive, as políticas de alfabetização promovidas pela última gestão do Ministério da Educação (2019-2022) recebeu elogios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com um desempenho superior ao dos governos anteriores. A título de comparação, em 2017, 33% das crianças no 5º ano do ensino fundamental no país apresentavam níveis sofríveis de escrita e leitura.



Ante o exposto, diante de todo o progresso, dos últimos anos, nas ações de alfabetização na última gestão governamental, é que se coloca a necessidade e urgência da convocação do atual Ministro da Educação para esclarecer o planejamento e as ações do seu Ministério em relação às políticas de alfabetização e, principalmente, a continuidade dos programas que tiveram sucesso nos últimos anos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

